

Colonialismo digital, fluxos de informação e autoria em tempos de inteligência artificial

Dagoberto Bordin (UFSC)

Doutor em Antropologia Social

E-mail: dagobertobordin1962@gmail.com

Luciano Vianna (UFSC)

Doutor em Antropologia Social

E-mail: lucianovongoltz@gmail.com

Walter Lippold (UFRGS)

Doutor em História

E-mail: prof.walter@proton.me

Chega agora a edição 2025-2 dos *Cadernos Nauí/Ufsc*, findo janeiro de 2026. É num contexto tecnopolítico inflamado no País e no mundo que se lança o dossiê temático “Colonialismo digital, fluxos de informação e autoria em tempos de inteligência artificial”. Nos últimos meses de 2025, acompanhamos a consolidação da aliança Trump-*big techs* em novo projeto imperialista, onde as fábricas de desinformação recebem chancela total para lucrar com a extração de dados, com perfilamento, segmentação e microdirecionamento de anúncios patrocinados, recheados de negacionismo científico, negacionismo climático, campanhas antivacina, masculinismos *red pill*, golpes de pirâmide financeira, revisionismo histórico, teorias da conspiração. O modelo de negócios das plataformas e redes “sociais” fortalece o colonialismo digital, o controle e o monopólio da produção de *hardware* e *software*, acesso a minérios como água e lítio, a imposição da acumulação primitiva de dados, para alimentar algoritmos e IAs, ambientes onde nossa subjetividade e nossas práticas sociais são datificadas em prol do esfolamento cotidiano dos dados, através de nossos *smart-fones*, *smart-relógios*, *smart-lâmpadas*, *smart-geladeiras*, *smart-TVs*, tudo conectado na Internet das Coisas (IoT).

A extração e o processamento deste grande volume de dados (*big data*) torna possível a predição e a modulação de comportamentos de consumo e de estilos de vida urbanos e alternativos, com técnicas de *marketing* digital, que não só são usadas para nos vender mercadorias, infoprodutos, infosserviços, como também para inculcar ideologias, como no caso do escândalo Cambridge Analytica, quando descobrimos a criação do uso metódico destas tecnologias e modelos plataformizados para campanhas políticas. A extrema direita saturou as redes de desinformação, *fake news* de todo tipo, com apoio direto dos CEOs das *big techs*.

Com o acesso massivo ao uso de inteligência artificial generativa, adentramos o mundo do *deep fake*, *deep nude*, *lip syncs*, tecnologias que manipulam imagens, mudam rostos, sincronizam novas falas nos lábios, criam movimento ou qualquer cenário possível, como no caso do Nano Banana Pro e Google Deep Mind VEO3, disponível na IA Gemini. Não só no que se refere à criação de imagens e vídeos falsos, a eloquência dos textos de IA generativa serve também para torná-la uma fábrica de *fake news* escritas. A IA mimetiza e emula qualquer voz, o que não só é usado para *fake news*, como para golpes na internet. Golpes e *fake news* operam no pré-lógico, na emoção que busca controlar as vítimas por meio de engenharia social.

A questão dos *data centers*, a materialidade da IA, *hardware*, geopolítica mundial da IA, NVIDIA, OPENAI, ideologias da IA e precarização do trabalho, racialização codificada, este dossiê em nossa opinião é oportuno porque vem ao encontro da necessidade de se produzirem mais estudos tecnopolíticos nas Ciências Sociais, de maneira geral, no âmbito da Antropologia. As grandes corporações de mídia transnacionais são as que movimentam o dinheiro que financia as campanhas eleitorais e, por isso, dominam os meios de comunicação hegemônicos locais e calam os de esquerda. Google (Alphabet), Apple, Microsoft, Amazon, Meta (antigo Face) e Natu – Netflix, Airbnb, Tesla e Uber). No caso das eleições, vai se dar a própria instalação do “poder espetacular integrado”, aludido no primeiro de nossos artigos, uma interpretação debordiana do evento da Inteligência Artificial.

As *big techs* vão comandar as campanhas com farto uso da inteligência artificial para lucrar, junto com Estadão, Folha, Veja, Globo, todos bancados pelo O Mercado. O Mercado que junta facções criminosas com vendas de sentenças e lavagem de dinheiro, a Avenida Faria Lima, agora investigada pela própria Polícia Federal, em São Paulo. A Faria Lima é o choque de realidade do mundo virtual porque é um território real, uma rua inteira, física, de concreto, instalada no coração do País para roubar dos contribuintes.

Começamos nosso dossiê com o artigo intitulado **Poder espetacular e inteligências artificiais generativas** – que avalia o poder espetacular integrado, ideia desenvolvida por Guy Debord na década de 1980. A conceituação debordiana é tensionada com três estudos de caso, incluindo um em que a voz, o gestual e a juventude de uma atriz são “vendidos” para a produção de filmes em que ela posa e atua movida por Inteligência Artificial. Os autores nos mostram como a emergência de sistemas de inteligência artificial baseados em linguagem generativa, em particular, tem produzido transformações nas dinâmicas de mediação e representação da realidade, na produção de valor e na própria constituição do sensível: “Nós, da Miramount, queremos digitalizar você. Você, inteira. Seu corpo, seu rosto, suas emoções, sua risada, suas lágrimas, seu clímax, sua felicidade, suas depressões, seus medos, seus anseios... Queremos digitalizar você. Queremos preservar você. Queremos ser donos dessa coisa chamada Robin Wright”.

Em 2023, o Sindicato dos atores de Hollywood realizou a primeira greve conjunta com o Sindicato de Escritores em mais de 60 anos, articulação provocada pelas propostas das indústrias do cinema para o uso de ferramentas de inteligências artificiais na produção fílmica. A contenda envolvia o uso de Inteligência Artificial (IA) para substituir o trabalho de

atores e outros profissionais escalou com o contínuo processo de concretização desses sistemas – e, portanto, com resultados cada vez mais sofisticados e avassaladores para os trabalhadores da indústria cinematográfica.

O uso cada vez maior das redes sociais na propaganda político-partidária recheia a circulação das informações em grupos sociais específicos e, dentro deste uso, o evento das notícias fabricadas para serem desmentidas depois de causar o maior estrago possível a uma reputação, por exemplo. Em uma democracia, ninguém deveria ter o monopólio da verdade e, assim, a definição sobre *fake news* em alguns casos pode ser subjetiva e defendida como ponto de vista e alvo de censura por este motivo, embora haja leis específicas de combate ao fascismo no Brasil. O debate sobre o que deve ser incluído como notícias falsas ocorre no mundo e, em especial, nas empresas privadas, que buscam lucrar ao máximo e, por isso, precisam de engajamento a qualquer custo.

Notícias forjadas movimentam 70% das atividades das pessoas na internet. Então, a direita internacional reivindica para si o direito à liberdade de expressão e considera censura as ações de contenção da circulação de notícias falsas. Os fluxos de informação, em especial o jornalismo praticado em todas as esferas de orientação política, é a ferramenta social mais importante neste contexto de propaganda eleitoral. “A grande mídia joga contra o interesse da maioria o tempo todo”, reclama a jornalista Heloísa Villela, do Instituto Conhecimento Liberta. Sim, as *big techs* estão alinhadas com os grupos que integram televisões, rádios, jornais, serviços de *streaming* e plataformas digitais, gente muito rica no Brasil e no mundo. São poucas as corporações que moldam o fluxo de conteúdo e dados disponíveis ao público. O Outras Palavras, ao comentar o lançamento do “Atlas da IA”, de Kate Crawford, diz que a tecnologia repete padrões históricos de países colonialistas: extrai recursos planetários e dados em escala colossal.

A insustentabilidade do modelo é evidente: a demanda energética e hídrica rivaliza com a de grandes países, a extração de minerais como terras raras causa novas rupturas ecológicas e a *web* uma hora vai colapsar – num momento em que já não poderemos viver sem ela.

Alternativas seriam a regulação legal das *big techs* em todos os países em que elas atuam, a construção de infraestruturas públicas até uma redefinição radical da tecnologia, que priorize a regeneração ecológica e o bem comum sobre a acumulação predatória. A disputa pelo rumo da IA é, em última instância, uma disputa pelo próprio planeta.

Nosso segundo artigo, **O uso da desinformação como instrumento político pela extrema direita sob a ótica da Economia Política da Desinformação**, trata a ascensão das tecnologias digitais e das redes sociais, que ampliam a disseminação da desinformação impulsionada por algoritmos que priorizam conteúdos polarizadores e suas relações econômicas.

Focados no colonialismo digital e na educação, temos **Educando sob algoritmos: Vigilância, recomendações e resistências**, que discute os efeitos do colonialismo digital na “educação algorítmica”, caracterizada pelo uso de tecnologias baseadas em inteligência artificial para gerenciar o ensino. Trata-se de uma tendência que intensifica a vigilância no ambiente escolar e uniformiza práticas pedagógicas que transformam o conhecimento em mercadoria. Temos também **Inteligência artificial e educação: Colonialismo de dados, ética e justiça algorítmica em perspectiva crítica**, artigo que analisa o uso da inteligência artificial na educação brasileira, os conceitos de colonialismo de dados, justiça algorítmica e ética digital. O estudo parte do reconhecimento de que a incorporação dessas tecnologias no cotidiano escolar ocorre atravessada por disputas políticas, epistemológicas e econômicas. Princípios éticos sobre justiça informacional poderiam subsidiar práticas educacionais mais conscientes, pois o avanço da imersão na inteligência artificial já faz parte da realidade das pessoas desde que se inventou a propaganda. Só que a propaganda massiva é diferente do efetivo alcance de um consumidor do qual se sabe absolutamente tudo porque este mesmo consumidor se submete a um eventual contrato de concordância conceitual a que ele às vezes nem sequer acedeu porque estava aflito atrás de uma notícia ou de uma imagem.

Voltado para as grandes obras de infraestrutura e novas tecnologias que foram desenvolvidas para potencializar e expandir as redes de comunicação e transferência de dados, **O que são cabos submarinos de fibra ótica e por que as Relações Internacionais deveriam estudá-los: uma análise a partir do conceito de poder estrutural** mostra que à frente destes projetos estão sempre empresas privadas sob a jurisdição e a supervisão dos Estados, a depender de leis como essa das *fake news*, em tramitação lentíssima até o fim de janeiro de 2026. O estudo expõe as análises de Susan Strange sobre poder estrutural e como os cabos submarinos se relacionam com a dimensão do conhecimento descrita pela autora.

Saúde e proteção de dados pessoais: direitos conflitantes é uma etnografia que verifica possíveis conflitos entre a saúde e a proteção de dados pessoais, num contexto em que novas formas de biopoder são exercidas pelo capitalismo de vigilância, com técnicas que

permitem a rastreabilidade da vida e a monetização de dados pessoais no contexto pandêmico da covid-19, no Brasil, durante o mais recente governo de extrema direita. Interesses governamentais e ambições corporativas foram sobrepostos aos direitos humanos e às garantias fundamentais diante de uma gestão em saúde mediada pela hiperconectividade sem a devida regulamentação e atenção a especificidades no que diz respeito ao tratamento de dados em saúde.

Tecnologia, trabalho e dominação: Um ensaio sobre os impactos do neocolonialismo digital foca nos trabalhadores vinculados às empresas digitais e busca observar continuidades e rupturas produzidas pelo capitalismo contemporâneo e como os trabalhadores deste segmento possuem limitações e desafios.

O artigo **Prometeu algorítmico e as chamas da necroalgoritmização: algoritmos, colonialismo digital e justiça social na era da IA** analisa o impacto da Inteligência Artificial (IA) por meio da metáfora do mito de Prometeu, argumentando que o “fogo” algorítmico, ao contrário do dom partilhado pelo titã, é hoje controlado por corporações e elites tecnológicas. Utiliza-se o conceito de necroalgoritmização para demonstrar como os sistemas algorítmicos refletem e intensificam desigualdades estruturais e operam sob lógicas do racismo algorítmico.

Ainda nesta linha, e para finalizar nossa coletânea, temos **O racismo algorítmico como expressão do colonialismo digital: extração de dados, controle da informação e trabalho no capitalismo de plataforma**, que mostra como as desigualdades raciais são aprofundadas por meio da extração de dados, do controle da informação e da precarização do trabalho no capitalismo de plataforma – a uberização. O estudo evidencia que os sistemas algorítmicos reforçam a lógica da branquitude estrutural e restringem o acesso de pessoas negras a espaços de decisão. A presente quadra histórica do capitalismo aprofunda a precarização do trabalho racializado e consolida um novo modelo de exploração e dominação informacional. Precisamos exigir auditabilidade, regulação e políticas públicas antirracistas para romper com as bases coloniais expressas pelas tecnologias e, desta forma, garantir maior equidade no ambiente digital.